

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Da Sra. RENATA ABREU)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para obrigar o Poder Público a divulgar a existência do crime de importunação sexual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para obrigar o Poder Público a divulgar a existência do crime de importunação sexual.

Art. 2º O art. 215-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 215-A

Parágrafo único. O Poder Público dará divulgação à caracterização do crime de importunação sexual, com sua respectiva pena, em material impresso ou digital ou por aviso sonoro, em veículos e terminais de transporte coletivo, assim como nos locais onde a ocorrência desse tipo penal for registrada com frequência.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ciente da gravidade do problema da importunação sexual, enfrentado pelas mulheres há anos, este Congresso Nacional aprovou, em 2018, a esperada Lei nº 13.718/2018, que tipificou essa conduta como crime. Ao transformar a contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor em



crime de importunação sexual, o Parlamento ofereceu mecanismo para um combate mais vigoroso contra essa prática desprezível.

Contudo, três anos após essa alteração legislativa, ainda não foi possível observar a redução nas ocorrências que tanto ansiamos. Ao contrário, pesquisa conduzida pelo Ibope¹ em São Paulo, em período posterior à sanção da Lei nº 13.718/2018, revelou que 79% das mulheres percebem aumento do assédio e da violência contra a mulher na cidade. Com relação aos locais onde as mulheres acreditam correr mais risco de sofrer assédio, o transporte público foi o mais citado, seguido da rua e dos bares e casas noturnas.

Naturalmente, o avanço legislativo oferecido pela Lei nº 13.718/2018 foi capaz de oferecer proteção a vítimas de importunação sexual e houve ocorrências de prisões de agressores com base na nova lei, não somente no transporte público, mas em outras situações de aglomeração²³. Contudo, estamos diante de um desafio cultural. “O fato de o Brasil ser um país de cultura machista influencia diretamente nos casos de importunação, pois, o patriarcado tem a ideia de ser dono das mulheres, com isso, atos que são crimes, são tratados como algo inofensivo”⁴. Nesse sentido, a divulgação das condutas abrangidas por esse tipo penal é defendida como medida para a diminuição de sua ocorrência.⁵

Assim, propomos o presente projeto de lei visando a impor a divulgação da tipificação da importunação sexual como crime em locais onde ocorrem aglomeração de pessoas. Ainda que haja punição para o agressor, os impactos sofridos pela vítima, nesse tipo de crime, jamais poderão ser reparados, de modo que a solução definitiva envolve evitar sua ocorrência por meio da divulgação da informação, da conscientização e da mudança de cultura.

1 <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ViverEmSP-Mulher-2020-completa.pdf>

2 <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/03/04/foliao-embriagado-e-detido-por-importunacao-sexual-em-bloco-de-carnaval-em-mt.ghtml>

3 <https://g1.globo.com/ba/bahia/carnaval/2019/noticia/2019/03/03/foliao-e-presos-por-importunacao-sexual-no-circuito-dodo-em-salvador.ghtml>

4 A importunação sexual contra mulheres no transporte público. Disponível em: <https://revistas.faro.edu.br/JUSFARO/article/view/394>

5 A lei de importunação sexual e a visão do judiciário. Disponível em: <http://periodicos.unicathedral.edu.br/anais/article/view/548/0>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renata Abreu

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212181331400>



Pelo exposto, rogamos aos nobres Pares apoio para aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputada RENATA ABREU

2021-18222



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Renata Abreu
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212181331400>

